

## Agendas e redes políticas das deputadas estaduais maranhenses no *Instagram*<sup>1</sup>

### Political agenda and social network of women state representatives from Maranhão on *Instagram*

Elthon Ranyere Oliveira Aragão<sup>2</sup>  
Kamilla Francine Costa Sá<sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho analisa os perfis das deputadas estaduais maranhenses no *Instagram*, levando em conta o conceito de propaganda permanente. O Maranhão possui 42 cadeiras na Assembleia Legislativa. No fim da legislatura que findou em dezembro de 2022, dez mulheres ocupavam esse posto. Sabendo que há uma relação de interdependência entre agentes políticos, e mais ainda entre deputados estaduais e prefeitos, o estudo buscará visualizar no *Instagram* as agendas políticas das mesmas, bem como as redes políticas que as parlamentares construíram para as eleições de 2022. Isso foi feito observando as publicações das deputadas entre janeiro e julho, período em que as facções políticas, em regra, ficam mais visíveis.

**Palavras-Chave:** Redes políticas. Deputadas maranhenses. Maranhão.

**Abstract:** The paper analyzes the profiles of Maranhão women state representatives on *Instagram*, taking into account the concept of permanent campaign. The Maranhão has 42 chairs in the Legislative Assembly. At the end of the legislature that ended in December 2022, ten women occupied this post. Knowing that there is a relationship of interdependence between political agents, the study will seek to visualize on *Instagram* the political agendas of them, as well as the political social network that the parliaments built for the 2022 elections. This was done by observing the publications of the deputies between January and July 2022, when the political faction are more visible.

**Keywords:** Social network. Women state representatives. Maranhão.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Propaganda e Comunicação Eleitoral da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

<sup>2</sup> Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL), da Universidade Federal do Paraná, doutor, elthonaragao@gmail.com

<sup>3</sup> Centro Universitário Estácio São Luís, graduanda, kamillacosta426@gmail.com

## Introdução

No século XXI, notamos cada vez mais mulheres participando do jogo da política. Se esse universo social ainda é essencialmente masculino, mais mulheres fazem parte dos processos ultimamente, que participam como candidatas e, por conseguinte, como eleitas (porém, não na mesma proporção). Segundo Sanchez (2019), cerca de um terço das candidaturas nas eleições de 2018 no Brasil foram de agentes femininas. A Lei 12.034/2009 obriga a alocação de pelo menos 5% do fundo partidário para incentivar a participação de mulheres nos processos políticos eleitorais. Além disso, a mesma lei prevê que o mínimo de 30% das candidaturas seja para um determinado sexo. Porém, apesar das mudanças das leis eleitorais, apenas 15% dos postos políticos no Brasil são ocupados por mulheres<sup>4</sup>.

Importante salientar o fenômeno das candidaturas fictícias, ou seja, que os recursos destinados às mulheres não são usados por elas efetivamente em muitos casos, mas sim por homens que fazem parte de suas coligações/federações<sup>5</sup>. Como afirmam Alcantara, Parente e Pessoa Jr (2021), houve situações em que algumas mulheres só tomavam ciência que haviam sido registradas candidaturas em seus nomes quando precisaram de suas quitações eleitorais (p. 125).

Abordando o ponto da representatividade, Flávia Biroli (2016) diz que a divisão sexual do trabalho não permite que as mulheres sejam de fato representadas pelas parlamentares eleitas. Essa sub-representação “ocorre quando determinados grupos não possuem seus interesses devidamente representados por seus representantes,

---

<sup>4</sup> Sobre o ponto, Anne Phillips (Apud Sanchez) afirma que há dois tipos de políticas com relação às mulheres, a de presença e a de ideias. A primeira, “política de presença”, diz respeito à representação descritiva, ou seja, elas estarem no espaço, mas não necessariamente representar os interesses das mulheres. A isso a autora chamou de “política de ideias”. A autora ainda fala que “Nossas instituições democráticas são marcadas não por uma política de presença, mas por uma política da ausência persistente dos grupos marginalizados” (p. 57).

<sup>5</sup> Ainda sobre a participação feminina em pleitos, Sanchez assevera que, no caso das candidatas a vice, além disso ser uma estratégia de captação de votos das mulheres, é uma tentativa de dialogar com os anseios dos movimentos feministas e impulsionar maior participação das mulheres na política. Mas essa tentativa, apesar de representar um passo rumo à inserção das mulheres na política institucional, revelou-se contraditória ao reservar às mulheres, em caráter predominante, o papel de coadjuvantes das disputas eleitorais por cargos majoritários, e não de protagonistas (p. 52).

que por sua vez, legislam em favor das demandas de determinados grupos em detrimento de outros grupos” (PEIXOTO; SILVA, p. 2018). Além disso, o baixo número de mulheres na política pode ter outras vivências pelas quais elas passam, tais como tarefas domésticas, criação dos filhos e jornadas duplas de trabalho. Tais elementos são complicadores na transposição da esfera privada para a pública no caso delas (ALCÂNTARA; PARENTE; PESSOA JÚNIOR, p. 115).

Um questionamento vital para o trabalho é: as mulheres que exercem cargos eletivos estão ali por serem mulheres ou por serem detentoras de patrimônios políticos de suas famílias? Muitas vezes, as mulheres participam dos espaços políticos como substitutas de personagens masculinos de suas famílias, sejam pais, maridos, etc. Por mais que consigamos citar mulheres que se elegem e atuam no executivo e no legislativo político brasileiro com pautas em defesa das mulheres, sabemos que isso não é a regra. Como diz Rabay, “a performance da mulher neste espaço foi, sempre e apenas, pensada como uma extensão dos interesses e determinações familiares” (2010, p. 1). Assim, a pesquisa também buscou perceber se realmente as deputadas maranhenses falam em nome de suas famílias ou se têm suas próprias demandas.

Dessa forma, o estudo aborda a participação das mulheres no espaço político maranhense, considerando como universo amostral a Assembleia Legislativa do Maranhão, analisando o *Instagram* das dez deputadas estaduais maranhenses no período de janeiro a julho de 2022.

### 1. Plataformas digitais como fonte de pesquisa

O uso das redes sociais digitais como fonte de pesquisa não é novidade no Brasil. Há uma tradição de estudos que leva em conta materiais coletados na internet. Raquel Recuero (2016) trabalha as possibilidades de uso de tal instrumento como fonte de pesquisa. Afirma a autora que as redes sociais online podem oferecer *insights* acerca dos objetos de estudos e que as mesmas são objetos dinâmicos, que através de apropriações e reapropriações, transformam constantemente seus sentidos. Porém, alerta que apesar das vantagens, é preciso ficar atento às limitações de seu uso em pesquisas.

Sabendo que há uma relação de interdependência entre agentes políticos, o estudo buscou visualizar no *Instagram* a rede política que as parlamentares construíram para as eleições de 2022, bem como as pautas que elas trabalharam no período elencado para estudo em suas redes sociais. Isso foi feito observando as publicações das deputadas no período em que as facções políticas estavam em construção, dividindo as postagens nas seguintes categorias: família, associação com políticos, atuação política, atuação de mandato, pauta feminina, campanha e de outras naturezas.

As publicações das parlamentares na plataforma *Instagram* buscaram responder a dois questionamentos: 1) é possível saber qual a agenda política que as deputadas maranhenses trabalham em seus mandatos? 2) podemos visualizar as redes políticas de tais agentes através de uma rede social digital?

A escolha dessa plataforma como fonte de dados para a pesquisa justifica-se pelo fato que, atualmente, ela é uma das redes digitais abertas mais usada no país<sup>6</sup> e, em boa medida, é ali que os agentes políticos buscam demonstrar sua força. Cada publicação com um político com cargo acima do seu é visto como uma articulação bem-sucedida em círculos superiores e isso pode passar a mensagem para o eleitorado que ele tem onde buscar recursos para a cidade, região e para o próprio estado. Quando a demonstração de força é baseada em alianças com políticos de nível hierárquico inferior ao dele, passa a ideia de que ele tem uma ampla base eleitoral. Assim, percebe-se que toda publicação em uma rede social digital de um agente político busca mostrar para seus pares e para o eleitorado que seu capital político<sup>7</sup> é extenso e denso.

Sabemos que a política é um jogo em que demonstrações de poder e exposição midiática são algumas de suas principais marcas. Porém, determinadas ações e

---

<sup>6</sup> Estima-se que a rede social mais usada no Brasil seja o *WhatsApp*, porém, ela tem um caráter privado, não sendo possível ter acesso a conteúdos que trafegam naquele espaço. Dentre as redes sociais digitais abertas, a maior, atualmente, é o *Youtube*. Em segundo lugar vem o *Instagram* (Fonte: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/#:~:text=WhatsApp,-O%20WhatsApp%20é&text=Pela%20base%20de%20cálculos%20usadas,a%20165%20milhões%20de%20usuários>).

<sup>7</sup> Segundo Pierre Bourdieu, “o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem”. E complementa: “o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele” (BOURDIEU, 2007, p. 187-8).

atitudes políticas não são perceptíveis. Métodos usados em pesquisas de cunho jornalístico, sociológico, antropológicos, etc., dificilmente conseguiriam informações que a internet nos fornece. As probabilidades de um político expor sua rede de aliados em uma entrevista de profundidade, por exemplo, são muito baixas. Nessa medida, as redes sociais digitais podem ser usadas por pesquisadores das áreas de comunicação e política como fontes de pistas que os agentes públicos deixam, tais como a instauração de novas alianças (ou a manutenção das mesmas), bem como rupturas entre antigos aliados. Além disso, alguns detalhes nos dão informações valiosas, como pessoas citadas em publicações, que podem ser apoiadores de suas candidaturas ou mandatos; cidades marcadas, ou seja, espaço onde o político pode ter sua base eleitoral; etc. Dessa forma, conseguimos perceber no estudo, entre outras coisas, pautas trabalhadas nos mandatos das agentes, seus principais apoiadores, bases eleitorais, além de entender o papel de agentes masculinos em seus mandatos. É importante saber quem as deputadas são no jogo político estadual. Assim, buscamos brevemente as trajetórias políticas das mesmas, já que uma questão importante no estudo é perceber se elas falam em nome próprio ou de suas famílias.

## 2. Referencial teórico: a violência de gênero e as mulheres na política no Maranhão

A invisibilidade feminina é tema recorrente na literatura sobre política e gênero no Brasil. Em estudo recente, Panke (2021) identifica que as candidatas a prefeitas, por serem cabeça de chapa, naturalmente tem um protagonismo e visibilidade maior que àquelas que concorrem como vice. Essas, sofrem o que a autora chama de “violência de gênero na política” (p. 137), ou seja, a invisibilização das mesmas no processo eleitoral. No caso do estudo ora apresentado, tais lógicas não se aplicam por conta da natureza das eleições. Nos pleitos legislativos, em tese, cada candidato é protagonista de sua própria candidatura. Por mais que as candidaturas de mulheres para cargos de vereadoras, deputadas e senadoras possam ser coletivas, ou seja, falando muito mais em nome de suas famílias do que de si, a construção midiática das candidatas é e precisa ser baseada nelas e tão somente nelas, uma vez que são elas que irão receber os votos da população no dia da eleição.

O Maranhão tem 42 cadeiras parlamentares na Assembleia Legislativa. Dessas, cerca de ¼ era ocupada por mulheres no primeiro semestre de 2022. A entrada delas na política não é algo natural na configuração brasileira. Como dito anteriormente, em sua grande maioria, elas têm acesso a esse universo através de agentes masculinos de suas famílias. Quando uma mulher rompe a barreira estrutural que as impedem de fazer parte daquele espaço, normalmente é usando o capital político de seus pais e/ou maridos<sup>8</sup>.

Buscando elementos na literatura política maranhense, três textos têm destaque levando em conta o recorte temático deste trabalho. Mary Ferreira (2010), ao trabalhar mulheres na política maranhense, afirma que o padrão social daqueles que fazem parte desse universo é de homens, brancos, com alta escolaridade e oriundos de famílias de classe média alta ou alta<sup>9</sup>. Além disso, afirma que as parlamentares no estado adentram o espaço político, em regra, por três vias: relações familiares, profissionais e militância política. Porém, Ferreira enfatiza que, na grande maioria dos casos, a primeira forma é a que se sobressai. Como será exposto mais a frente, essa lógica se mantém e se aplica ao universo pesquisado neste trabalho.

Já Dayana Delmiro (2011) segue linha parecida. Para além das características expostas acima, afirma que há tendência para que as mulheres comecem suas trajetórias políticas “por cima”, ou seja, sendo o primeiro cargo vencido por elas já o de deputada (estadual ou federal), bem como a passagem de muitas delas na administração pública em locais onde pais ou maridos tiveram cargos no executivo (prefeito, em essência). Por fim, citamos Patrícia Sousa (2021), que analisou a participação das mulheres maranhenses nos espaços do poder político no estado, com foco na última legislatura, a mesma que nosso texto aborda.

---

<sup>8</sup> Barreira (2006) observa-se que “a influência familiar também contribui para a ocupação de cargos legislativos (esposas ou filhas de políticos) ocorrendo também situações de parentesco não excludentes com a participação em movimentos sociais variados” (p. 12).

<sup>9</sup> Diversos autores e autoras abordam a questão dos impeditivos que impedem (ou no mínimo dificultam) uma maior participação nos espaços de poder político, como Flávia Biroli (2016). Nesse sentido, a autora assevera que as mulheres carecem de “tempo livre e renda, o que tem impacto em suas possibilidades de participação política e nos padrões que essa participação assume” (p. 721).

### 3. Esposas deputadas: breve trajetória política das atuais deputadas estaduais do Maranhão

Antes de abordar as redes e agendas políticas das deputadas maranhenses, é importante expor algumas informações sobre as mesmas, tentando buscar alguns padrões que possa haver entre elas. Alguns dados que, a princípio, podem passar apenas como detalhes, são importantes para entender quem são as mulheres que se elegem deputadas estaduais no Maranhão. O dado que mais salta aos olhos a princípio é que, das dez deputadas, nove tiveram como principal suporte o capital político de seus maridos. Dessas nove, todas foram eleitas pela primeira vez após seus cônjuges já terem sido eleitos a algum cargo eletivo. Do universo total analisado, sete tiveram como primeiro cargo exatamente o de deputada estadual. Outras duas iniciaram como vice-prefeitas e uma como prefeita. Este tópico biográfico divide as deputadas em dois grupos: aquelas que tiveram sua primeira eleição antes de 2018 (cinco casos) e as que obtiveram tal condição naquele ano (outros cinco casos), e levará em conta também informações políticas de seus principais apoiadores políticos, no caso, seus maridos.

Membro de uma das mais importantes famílias de políticos do cenário maranhense, **Cleide Coutinho**, foi eleita vice-prefeita de Caxias, quinta maior cidade do estado, em 1996, quando tinha 49 anos. Foi deputada estadual por três vezes, findando seu último mandato em janeiro de 2023. É viúva de Humberto Coutinho, que foi vereador e prefeito da cidade supracitada por duas vezes e deputado estadual por cinco mandatos, tendo inclusive sido presidente da Assembleia Legislativa em uma oportunidade.

**Socorro Waquim** teve sua primeira experiência na política foi em 1996, quando disputou a prefeitura de Timon, a quarta maior cidade do Maranhão. Não obteve êxito naquele ano e nem em nova tentativa em 2000. Dois anos depois foi eleita deputada estadual, quando tinha 47 anos. Em 2004, enfim, conseguiu ser eleita prefeita daquela cidade, sendo reeleita em 2008. Após um longo hiato, elegeu-se vereadora do município em 2016. Candidatou-se a deputada estadual em 2018 e ficou como

suplente. Assumiu a vaga após a saída de Rigo Telles, que venceu a disputa para a prefeitura da cidade de Barra do Corda. É casada com Sétimo Waquim, que foi vereador de Timon na década de 70 e secretário municipal (na gestão da esposa como prefeita). Também foi deputado federal por duas legislaturas, entre 2007 e 2014.

**Helena Duailibe** conseguiu sua primeira eleição foi em 2008, aos 50 anos, ao cargo de vice-prefeita de São Luís, capital do estado. A esse mandato, seguiu-se o de vereadora da mesma cidade entre 2013 e 2016. Foi eleita deputada estadual em 2018. Durante seu percurso político, foi secretária de saúde de São Luís em duas oportunidades: no ano de 2009, no mandato de João Castelo (que já tinha sido governador do estado na década de 1980) e entre 2014 e 2017, sob a administração de Edivaldo Holanda Júnior. É casada com Afonso Manoel, empresário, que foi deputado estadual por dois mandatos (eleito em 2006 e 2014) e vereador de São Luís entre 2017 e 2020.

Maria Deusdete Lima Cunha Rodrigues, conhecida como **Detinha**, foi eleita pela primeira vez em 2008, quando tinha 29 anos, para o cargo de prefeita de Centro do Guilherme, pequena cidade da região da Amazônia Maranhense, que tem cerca de 14 mil habitantes. Conseguiu ser reeleita quatro anos depois. Em 2018 foi eleita deputada estadual com a maior votação do estado. Antes de aventurar-se nos pleitos, participou da administração pública do município de Maranhãozinho quando seu marido, Josimar de Maranhãozinho, era prefeito, cargo para o qual o mesmo foi eleito em 2004 e 2008. Em 2014 foi eleito deputado estadual e para a Câmara dos Deputados quatro anos mais tarde. Em ambas as eleições ele foi, assim como sua esposa, o mais votado do estado.

A última parlamentar citada deste primeiro conjunto, que foram eleitas pela primeira vez antes de 2018, é **Ana do Gás**, que foi eleita em 2014. Seu nome é uma referência à sua base eleitoral. A região de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte tem grandes reservas naturais do produto. Durante o mandato, assumiu a secretaria da mulher do governo do Maranhão, no mandato de Flávio Dino. É candidata a um terceiro mandato em 2022. Ela é casada com Eunélio Mendonça, que foi prefeito da supracitada Santo Antônio dos Lopes, cidade da região do Médio Mearim, com pouco mais de 14 mil habitantes.

O segundo grupo de deputadas apresentadas aqui tem em comum o fato de terem sido eleitas pela primeira vez em 2018, como **Daniella**. Eleita em 2018, apresentou-se no pleito como Daniella Tema, sobrenome do seu ex-marido, Cleomar Tema. A ausência mais provável de um sobrenome em suas mídias digitais deve-se ao fato que, durante o mandato, o casal se separou. Após a exposição de alguns conflitos conjugais por parte da mídia, a mesma usa apenas seu primeiro nome desde a separação. Seu ex-marido tem como base eleitoral a cidade de Tuntum, que tem em torno de 42 mil habitantes, de onde já foi prefeito. Ele também já exerceu o cargo de presidente da Federação dos municípios do estado Maranhão (Famem). Um período após sua separação, Daniella assumiu um relacionamento com o prefeito da já citada cidade de Caxias, Fábio Gentil, que é filho do ex-deputado estadual Zé Gentil. Nesse caso, percebe-se uma dupla rede política atuando para a deputada.

A próxima conta com o mesmo trunfo. **Thayza Hortegal** é filha de Talvane Hortegal, que foi vice-prefeito da cidade de Chapadinha, maior cidade da região do Baixo Parnaíba, com mais de 80 mil habitantes. Ela foi casada com Luciano Genésio, prefeito da cidade de Pinheiro, que conta com quase 85 mil pessoas. O mesmo é filho de José Genésio, que já foi prefeito desta última cidade citada. Importante citar que a parlamentar nunca usou o sobrenome de seu ex-marido durante sua trajetória política.

A terceira das deputadas eleitas pela primeira vez em 2018 é **Andreia Rezende**, filha de Francisco Martins, ex-deputado estadual no Maranhão e casada com Stenio Rezende, que já exerceu quatro mandatos de deputado estadual. Ele é filho de Venício Rezende, ex-prefeito de Vitorino Freire (pouco mais de 31 mil habitantes) e tio do deputado federal Juscelino Filho (e atual ministro das Comunicações) e da prefeita da mesma Vitorino Freire, Luana Rezende. Percebe-se pela descrição que Andreia Rezende<sup>10</sup> faz parte de uma poderosa família de políticos do Maranhão.

Tal como aconteceu com Socorro Waquim, após vitória do titular nas eleições municipais de 2020, **Betel Gomes** assume a cadeira de Felipe dos Pneus, que venceu

---

<sup>10</sup> Importante ressaltar que a deputada não seria candidata em 2018. Ela assumiu o compromisso por conta da impossibilidade legal que seu marido o fosse. Naquele ano, Stenio Rezende foi condenado por crime de desvio de salário de funcionários enquanto era deputado estadual e ficou inelegível.

a disputa para prefeitura de Santa Inês. Participou da administração pública da cidade de Buriticupu (quase 80 mil habitantes) nos mandatos do marido, José Gomes Rodrigues, quando o mesmo era prefeito da localidade.

Para finalizar o conjunto de deputadas maranhenses com cargo na Assembleia Estadual, **Mical Damasceno**. É a única sem ligações com políticos em sua trajetória de vida e/ou profissional. Anteriormente, tentou o cargo de vereadora na cidade de Viana, porém, sem êxito. O mesmo resultado ocorreu quando concorreu para deputada estadual em 2014. Conseguiu eleição em 2018 por conta da força do “bolsonarismo<sup>11</sup>” no Brasil, concentrando suas forças no eleitorado evangélico.

#### 4. O que elas publicam? As agendas das parlamentares maranhenses

Após breve histórico político das agentes, o foco agora são as análises das publicações das mesmas, que serviram para observar a agenda política e a rede política das parlamentares. O universo amostral da pesquisa contou com 2.237 publicações das dez deputadas, num espaço temporal que foi de janeiro a julho de 2022. Algumas notas são necessárias antes de avançar com os resultados. Do total de postagens, 176 foram no formato *collab*, onde dois perfis postam a mesma coisa em associação. Removemos essas das análises por não se tratarem exclusivamente da titular do perfil, bem como outras 911, que foram classificadas como “outra natureza”. Nessa categoria, poderiam ser enquadradas publicações como homenagem à parlamentar, datas comemorativas (feriados, festividades em geral, aniversários de cidades, entre outras), entrevistas, *lives*, posts em valorização ao Maranhão, defesa ou ataque aos governos federal ou estadual, etc. Dessa forma, as categorias trabalhadas na pesquisa que serviram de base para dividirmos as 1150 que efetivamente foram analisadas, são: **família** (quando membros com relação de consanguinidade estão envolvidos); **associação política** (visita de cortesia de qualquer uma das partes,

---

<sup>11</sup> O “bolsonarismo” é uma etiqueta política que costuma ser usada para caracterizar o período de ascensão do atual presidente da república, Jair Bolsonaro, ao poder. O termo ganha força a partir de 2017, ano anterior à sua eleição. Diversos políticos associaram suas imagens à ele nas eleições de 2018, nas municipais, de 2020, e este ano de 2022.

reuniões, participação em aniversário da cidade, etc.); **atuação política/mandato** (entrega de obra, alguma ação de emenda de sua autoria); **pauta feminina** (quando a publicação levou em conta temas como violência contra a mulher, ações do estado em prol das mulheres, divulgação de contatos pra denúncias e de natureza semelhante); **campanha** (publicações onde claramente o objetivo era eleitoral, mesmo que o período legal para isso ainda não tivesse iniciado).

Algumas informações são relevantes após observar os dados, como a quantidade de vezes que cada deputada menciona seus companheiros (ou ex). Das dez agentes, nove tiveram publicações onde seus maridos, namorados, companheiros falecidos ou ex-companheiros apareciam. Do total de 1150 postagens, em 228 havia essa aparição (20% do total). A tabela a seguir detalha esses dados por deputada.

Tabela 1: Deputadas e publicações

Deputada	Companheiro	Publicações	%
Cleide Coutinho	Humberto Coutinho (falecido)	13/35	37
Daniella	Fábio Gentil	56/202	27
Detinha	Josimar de Maranhãozinho	52/207	25
Betel Gomes	Zé Gomes	24/105	23
Andreia Rezende	Stenio Rezende	15/126	12
Thayza Hortegal	Luciano Genésio (ex-marido)	15/219	7
Helena Duailibe	Afonso Manoel	32/427	7
Ana do Gás	Eunélio Mendonça	17/366	4
Socorro Waquim	Professor Sétimo	4/168	2
Mical Damasceno	-	-	-

Algumas informações chamam a atenção no quadro. Apesar do seu marido ter falecido um ano antes do início do mandato (Humberto Coutinho morreu em 1º de janeiro de 2018), Cleide Coutinho faz várias publicações com ele, a grande maioria em tom saudosista. Já Thayza Hortegal se separou em meados de 2019. Entretanto, em 2022, há um número considerável de publicações com seu ex-marido em seu *feed*. Uma das explicações para isso é a necessidade política que ambos têm entre si. Em 2020, o candidato à reeleição Luciano Genésio precisou do apoio político da deputada Thayza. Em 2022, a candidata Thayza necessitou do prefeito Luciano.

Outro ponto importante de mencionar neste momento é o reduto eleitoral de cada uma delas, levando em conta suas regiões de atuação. Da maior para a menor

cidade/região, temos Helena Duailibe em São Luís; Cleide Coutinho e Daniella, em Caxias; Socorro Waquim em Timon; Thayza Hortegal em Pinheiro e Chapadinha; Betel Gomes em Buriticupu; Andreia Rezende em Vitorino Freire; Ana do Gás em Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte; Detinha em diversas cidades pequenas da região da Amazônia Maranhense. Mical Damasceno é a exceção. A deputada não tem uma cidade ou região como reduto. Seus votos são espalhados, geograficamente falando. Damasceno tem o chamado “voto ideológico”, concentrado entre os evangélicos, como dito anteriormente.

Considerando as mais de mil publicações da pesquisa, podemos dividir as deputadas em três grupos: um primeiro com aquelas que tiveram mais de 150 publicações no período analisado (Ana do Gás, Helena Duailibe, Detinha e Daniella; entre 65 e 100 postagens (Socorro Waquim, Betel Gomes, Thayza Hortegal e Andreia Rezende); e com menos de trinta posts (Cleide Coutinho e Mical Damasceno).

Tabela 2: Publicações das parlamentares por categorias

	Família	Associação política	Atuação parlamentar	Pauta feminina	Campanha	Total
Ana do Gás	6	81	59	67	68	281
Helena Duailibe	7	46	69	14	31	167
Detinha	11	31	9	21	83	155
Daniela	14	31	27	22	61	155
Socorro Waquim	9	20	40	5	27	101
Thayza Hortegal	11	11	55	6	8	91
Betel Gomes	14	7	38	3	18	80
Andreia Rezende	3	11	30	6	14	64
Cleide Coutinho	0	0	19	2	7	28
Mical Damasceno	1	7	7	4	9	28
Total	76 (7%)	245 (21%)	353 (31%)	150 (13%)	326 (28%)	1150

Levando em conta as categorias criadas para classificar as postagens, a que mais apareceu foi “atuação parlamentar”, com 31%. Em seguida “campanha”, com 28%. Em terceiro lugar ficou “associação política”, com 21%. Essas três categorias combinadas totalizam 80% das publicações. Interessante perceber que elas três estão conectadas, uma vez que a pesquisa foi feita em ano eleitoral. Essas três categorias se interligam de tal forma que determinadas publicações foram difíceis de serem classificadas, já que englobavam elementos de mais de uma. Apesar do período de campanha oficial ter começado apenas em 16 de agosto, sabemos que a campanha em

si tem início bem antes. Conseguimos explicar isso através do conceito de “campanha permanente”<sup>12</sup>, que é a “relação contínua que se dá entre representantes e representados ao longo do governo por meio de formas variadas, tangenciadas ou não pela mídia”<sup>13</sup> (MASSUCHIN e SILVA, 2019, p. 232).

Ana do Gás foi a deputada com maior número de postagem entre todas as pesquisadas, sendo também aquela com mais publicações em três das cinco categorias. Ela não liderou apenas nos conceitos “família” e “atuação parlamentar”. Uma das explicações para tal resultado é que ela esteve à frente da secretaria da mulher do governo do Maranhão entre janeiro e março. Ela saiu no início de abril quando precisou entregar o cargo para concorrer à reeleição. Ainda pelo mesmo motivo, há um alto número de postagens em “associação política”, já que a mesma recebia diversos políticos do estado em seu gabinete para, *a priori*, tratar de políticas públicas para o estado e para os municípios.

No tocante à categoria “campanha”, Detinha foi o destaque, com mais de oitenta publicações. Mais de 53% de suas postagens tinham o viés eleitoral. Curioso notar os extremos nos números dessa parlamentar, já que ela foi aquela com menos posts sobre atuação parlamentar. Daniella aparece como a terceira que mais publicou na categoria “campanha”. De acordo com as postagens e seu contexto político, isso se explica por dois motivos: 1) se num passado próximo a parlamentar tinha a seu dispor a rede política do seu ex-marido, agora ela estava inserida na do seu namorado. Precisaríamos de um estudo mais aprofundado para afirmar com mais certeza, mas há uma boa chance dela ter criado sua própria rede política durante seu mandato. Isso articula-se com o segundo motivo; 2) Daniela é um dos principais cabos eleitorais de sua enteada, Amanda Gentil. A filha do prefeito de Caxias era candidata a deputada federal, tendo o casal como seus principais apoios políticos. Levando em conta

---

<sup>12</sup> Massuchin e Silva (2019) construíram tal definição com base, principalmente, em estudos de Norman Ornstein e Thomas Mann, Hugh Hecló, além de Corey Cook. Não que tal ideia seja nova, mas com o advento das redes sociais, ela fica cada vez mais clara e essa clareza se reflete na quantidade de vezes que políticos postam reuniões com políticos de níveis diferentes dos deles (para cima e para baixo), bem como ao divulgar suas ações de mandatos.

<sup>13</sup> Complementam ainda as autoras que “com a tecnologia e a aproximação dos campos político e midiático, as ferramentas de comunicação deixaram de ser usadas apenas como estratégia de campanha e, agora, passam a ter uma função contínua ao longo dos mandatos, quando se tem cada vez menos distanciamento entre os processos que caracterizam a campanha e o governo” (p. 232).

o conceito de “família”, Daniela foi a com maior número de publicações, juntamente com Betel Gomes.

Ainda dentro do bloco de deputadas que mais publicaram, encontra-se Helena Duailibe, que se destacou nas categorias “associação política” e “atuação parlamentar”. Discursos na Assembleia, demonstração de uso de suas emendas e projetos aprovados dão o tom de suas postagens. Ela, juntamente com Mical Damasceno, foram as que mais tiveram publicações classificadas como “outros” (468 no total).

O segundo grupo de deputadas é formado por Socorro Waquim, Thayza Hortegal, Betel Gomes e Andreia Rezende. As quatro tem como categoria mais acionada “atuação parlamentar”, seguido de “campanha” e “associação política”. Essa é uma tônica entre as postagens das parlamentares citadas até aqui. Os conceitos de “pauta feminina” e “família” ficam bem atrás das demais. No caso de Thayza, Socorro e Betel, diversas postagens são em referências às suas bases eleitorais, Pinheiro, Timon e Buriticupu respectivamente, citando obras oriundas de emendas parlamentares nessas localidades. No caso de Hortegal, merece destaque o fato de seu pai não aparecer em suas redes. O mesmo teve como mais alto cargo em Chapadinha o de vice-prefeito. Já seu ex-marido aparece com frequência em suas publicações.

Andreia Rezende pode ser considerada um caso exemplar do que a metodologia dessa pesquisa oferece. Ela foi eleita em 2018 após seu marido ficar inelegível. Durante a campanha, sofreu acidente automobilístico e ficou paraplégica. Eleita, tomou para si a pauta da acessibilidade para deficientes entre os deputados e deputadas maranhenses. Apesar de ter apenas três publicações como “família”, seu marido e filhos aparecem com certa regularidade em seu *Instagram*. O primeiro como um braço direito de seu mandato. Ele participa de reuniões, dentro e fora do espaço da Assembleia, na capital e no interior. Já seus filhos, Túlio e Heitor Rezende, aparecem em reuniões políticas em seis ocasiões. Esse detalhe sugere que os jovens já estão no processo de aprendizagem<sup>14</sup> do *métier* político.

---

<sup>14</sup> Em *Estratégias familiares na produção social de uma qualificação política* (1991) Leticia Canêdo trabalha a ideia de transmissão de patrimônios políticos familiares através de um processo de construção social, feita a partir de uma série de atos que, em um determinado momento da vida do político, vai ser acionado pelo mesmo como “vocaçào”. Entretanto, tal habilidade é a “internalização de um sistema de categorias, de percepções, de pensamentos e de ações continuamente confirmados e

Por fim, as duas deputadas com menor número de publicações. Cleide Coutinho e Mical Damasceno, juntas, não tiveram sessenta postagens dentro do universo de categorias elencadas no estudo. Convém destacar que Damasceno teve 241 posts na categoria “outros”, sendo a grande maioria ligada a religião e em defesa ao governo federal. Mesmo em ano eleitoral, ambas não tinham muita atividade em suas redes sociais levando em conta questões políticas. A média de postagens delas no espaço temporal da pesquisa é de quatro publicações por mês (usando como comparativo, Thayza Hortegal teve média de quase uma publicação a cada dois dias e Helena Duailibe mais de vinte por mês).

##### 5. A rede (política) na rede (social digital)

Dentre as possibilidades que esse trabalho sugere, talvez a maior delas seja a de sugerir a visualização uma rede política offline numa rede social digital, online<sup>15</sup>. O jogo da política é feito por alianças e rupturas entre aqueles que dele fazem parte. De tempos em tempos, agentes políticos (re)organizam os laços visando as próximas eleições. Nesse intervalo de tempo, uma série de eventos acontecem, reconfigurando as relações entre seus participantes. Para dar conta das atualizações dessas relações, seria preciso um estudo que abarcasse pelo menos duas eleições para cada

---

legitimados pelas práticas levadas a bom termo pelos descendentes de antigas famílias de políticos” (p. 222). A autora assim discorre acerca desse processo: “a criança desde cedo vê desfilar em casa os mais diversos visitantes, de políticos a solicitadores, denominados ‘protegidos’ da família [...] Cumprimentar convidados, parentes e amigos, aprender a sorrir, deixar brinquedos e frequentar festas de casamentos na roça, escutar distraidamente conversações de políticos, acompanhar o trabalho entre os eleitores e a ‘elevação da temperatura’ na vida familiar às vésperas das eleições, perceber os pequenos cuidados necessários para dominar os detalhes do jogo básico do homem político, tudo isso faz parte da conduta regular de uma criança e representa a forma de capital mais importante dentre todas as que constituem investimento para o sucesso na carreira política (CANÊDO, 1991, p. 232).

<sup>15</sup> Raquel Recuero (2017), sobre a relação entre rede social offline e rede social online, expõe que, mesmo que os termos sejam semelhantes, eles não são sinônimos e afirma que “enquanto uma rede social está relacionada à percepção de um grupo social determinado pela sua estrutura (a “rede”), que é geralmente oculta, pois só está manifesta nas interações, as ferramentas sociais na internet são capazes de publicizar e influenciar essas estruturas sociais” (p. 12). A autora alerta, porém, que “o site, enquanto ferramenta que é apropriada pelos usuários, não é uma tradução das conexões sociais existentes no espaço offline” (p. 13). Este é um dos pontos centrais da pesquisa: apesar da rede online não ser uma tradução da rede offline, ela deixa importantes pistas acerca de fatos e acontecimentos daquela.

cargo, para observar com mais detalhes esses movimentos. O presente estudo dá conta apenas do período pré-eleitoral de 2022, onde os representantes do legislativo buscaram suas reeleições ou então colocar seus aliados em seus lugares (numa tentativa de manutenção do poder). Nesse momento os prefeitos estavam estabelecidos, sendo cobiçados como cabos eleitorais. Além deles, vereadores e lideranças municipais (ex-prefeitos, ex-vereadores, etc., ou seja, aqueles que já tiveram cargos em suas trajetórias políticas) também são visados pelos candidatos. Assim, as linhas a seguir buscam indicar em quantidade e qualidade (o peso político do agente) qual a rede política que pôde ser usada pelas deputadas na eleição de 2022. Por mais que saibamos que uma aliança política não é eterna e nem confiável, a ponto de garantir que ela se manterá por um determinado tempo, o levantamento dá uma boa medida do poder de cada uma delas (ou de suas famílias) dentro do jogo político maranhense.

Sabendo que na política existe uma hierarquia de poder, dividimos os dados em duas partes: a primeira com base nas publicações das parlamentares com políticos com cargos acima do seu, a saber: governador, senador e deputado federal. Para esta pesquisa, excluímos o cargo de presidente, uma vez que ele não tem relação direta com as agentes estudadas aqui.

Tabela 3: Políticos mencionados pelas parlamentares com cargos "acima" ao de deputada estadual

	GOV	SEN	DF	TOT
Cleide Coutinho	3		2	5
Ana do Gás	3		2	5
Socorro Waquim	3			3
Thayza Hortegal	1	1	1	3
Andreia Rezende	2		1	3
Daniella	2			2
Helena Duailibe	2			2
Betel Gomes			2	2
Mical Damasceno			1	1
Detinha		1		1

Começando com o mais alto cargo dentre os citados, três governadores foram citados em publicações. Isso se explica pelo fato de Flávio Dino ter deixado o cargo no fim de março para concorrer ao senado. Carlos Brandão, vice-governador e

candidato à reeleição, assumiu em abril. Poucos dias depois, precisou fazer um procedimento cirúrgico e ficou internado em hospital de São Paulo por quase um mês. Na sua ausência, o presidente do Tribunal de Justiça<sup>16</sup>, Paulo Velten, assumiu a chefia do executivo estadual. De todas as deputadas que mencionaram algum dos governadores, apenas Thayza<sup>17</sup> não apoiou a reeleição de Carlos Brandão. Importante frisar que, até aquele momento, o cenário político maranhense ainda não tinha se dividido<sup>18</sup>, eleitoralmente falando. Das três deputadas sem menções a governadores, Betel é uma das que menos publica em suas redes, Mical Damasceno foca sua atividade em questões religiosas e Detinha era aliada de Weverton Rocha, candidato que foi oposição a Carlos Brandão.

Com relação aos senadores, apenas um foi citado. Detinha e Thayza foram as únicas a mencionam qualquer senador que fosse. Ambas tinham como um de seus maiores cabos eleitorais o já mencionado Weverton Rocha, candidato ao governo do estado. No período elencado, de janeiro a julho de 2022, nem Roberto Rocha nem Eliziane Gama (os outros dois senadores pelo Maranhão) foram marcados em postagens. No caso do primeiro, que foi candidato à reeleição (em disputa contra Flávio Dino), sua ruptura com o governo local ainda no primeiro mandato de Dino, aliada à sua inclinação ao bolsonarismo, podem explicar a ausência (o Maranhão foi um dos estados com maior índice de rejeição ao governo do presidente Bolsonaro). Nem mesmo a assumidamente bolsonarista Mical Damasceno mencionou o senador em suas redes. Eliziane Gama, com uma forte base evangélica, mas opositora ao governo federal, também não foi citada. Sobre isso, chama atenção o fato dela ser mulher e nenhuma deputada estadual local ter seu apoio.

Sobre os deputados federais, dos dezoito representantes maranhenses na Câmara dos Deputados, apenas seis foram citados, em um total de nove menções.

---

<sup>16</sup> Velten assumiu o governo estadual na impossibilidade do presidente da Assembleia Legislativa o fazer, pois o mesmo, Othelino Neto, era candidato à reeleição.

<sup>17</sup> Sua publicação foi com Flávio Dino, em referência a desejo de melhoras, por que o mesmo estava com covid-19.

<sup>18</sup> Durante boa parte do ano de 2021, diversos agentes políticos pressionaram o então governador Flávio Dino para escolher quem seria seu candidato em 2022. O cenário levava a uma indicação para o vice-governador, Carlos Brandão, o que acabou acontecendo, mas ainda havia espaço para especulações sobre a possibilidade de ser o senador Weverton Rocha.

Márcio Jerry foi mencionado em publicações de três deputadas: Ana do Gás, Betel Gomes e Cleide Coutinho.

Se algumas deputadas tinham poucas publicações com políticos “de cima”, o cenário muda quando se fala de políticos “de baixo”. As articulações para cima são mais uma demonstração de poder para seus adversários com base no capital político dos aliados do que força eleitoral, que é obtida nas relações para baixo. Aqui, elencamos cinco cargos vinculados aos municípios: prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais e lideranças locais. Mais três foram adicionadas, porém, sem relação direta com as cidades: secretários de estado e candidatos a deputado federal e estadual. A tabela a seguir mostra a quantidade de vezes que políticos “de baixo” foram mencionados pelas deputadas.

Tabela 4: políticos mencionados pelas parlamentares com cargos “abaixo<sup>19</sup>” ao de deputada estadual

	PRE	VPF	VER	SM	LID	SE	CDF	CDE	TOT
Daniella	5		44	2	11		1		63
Detinha	16		9	1	3		2	8	39
Andreia Rezende	6		13		6		3		28
Ana do Gás	9	1	9		3	5			27
Helena Duailibe	2	2	4		6	7		3	24
Socorro Waquim			4		2	1			7
Betel Gomes						5	1		6
Cleide Coutinho						3			3
Thayza Hortegal	2		1						3
Mical Damasceno									0

A busca por apoio de prefeitos é fundamental entre aqueles que buscam serem (re)eleitos deputados estaduais. Um fato interessante e que indica que uma das hipóteses da pesquisa se confirma é que, no total, as deputadas mencionaram quarenta prefeitos e nenhum deles foi citado por mais de uma. Ou seja, aquele chefe de executivo municipal exposto em publicações por uma parlamentar, provavelmente se comprometeu politicamente com ela para a eleição de 2022 e fez parte da rede política dela para aquela eleição. Importante frisar que a pesquisa se limitou às deputadas,

<sup>19</sup> Legenda das siglas: PRE, prefeito; VPF, vice-prefeito; VER, vereador; SM, secretário municipal; LID, liderança política; SE, secretário estadual; CDF/CDE, candidato a deputado federal/candidato a deputado estadual.

podendo ter um ou mais prefeitos terem aparecido em publicações de algum outro deputado.

Os dados da tabela 4 mostram que existem três grupos bem definidos no que concerne o número de políticos expostos pelas deputadas. No primeiro, aquelas com em torno de quarenta ou mais agentes citados. No segundo, aquelas entre vinte e trinta. No último, aquelas com menos de dez. O primeiro grupo, formado por Daniella e Detinha, há uma grande quantidade e variedade de políticos. Detinha possui articulação com dezesseis prefeitos, a maioria da região da Amazônia Maranhense, seu reduto eleitoral e de seu marido. Apesar da maioria dos municípios não serem muito populosos, dois se destacam: Barra do Corda, com quase 90 mil habitantes, e Chapadinha, com mais de 80 moradores. Ambos são polos regionais no Maranhão. Daniella possui menos de um terço dos prefeitos apoiadores em comparação com Detinha, mas um deles é um dos maiores do estado, Caxias, com população superior a 165 mil.

Se a primeira citada tem bem mais prefeitos, a segunda expõe em sua rede online um número bem mais de vereadores e lideranças municipais. Esse dado é importante porque, quanto mais próximo do eleitor, mais um cabo eleitoral tem influência sobre suas decisões. É ele quem sabe, de fato, necessidades e desejos da população<sup>20</sup>. Assim, ter aliados como esses em períodos eleitorais é de extrema valia. Daniella teve cinquenta e cinco vereadores ou lideranças mencionadas, espalhados por diversas cidades do estado, enquanto Detinha contou com doze. No que se refere à publicação com candidatos a deputados por parte de ambas, duas notas: dos dois candidatos a deputado federal publicados por Detinha, um deles é seu companheiro. Ela própria era candidata a deputada federal. Dentre os candidatos a deputado estadual estava Fabiana Villar, sobrinha de Josimar de Maranhãozinho.

---

<sup>20</sup> Sobre essa questão, o antropólogo Eric Wolf trabalha em *Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa* (2003) que algumas pessoas nas sociedades modernas são o que ele chama de “mediadores”, ou seja, alguém que estabelece uma ponte entre o local e o nacional, que tem uma dupla face, com cada uma delas voltada para a comunidade e a outra para a nação. Ressalta Wolf que tais agentes sociais apaziguam tensões, mas não as eliminam por complementam. Caso assim o fizessem, perderiam sua função de existir: Eles não teriam motivos para existir se não houvesse tensões entre os grupos orientados para a comunidade e os orientados para a nação. Contudo, eles precisam também manter um domínio dessas tensões, para que o conflito não saia de seu controle, e mediadores melhores tomem seus lugares (WOLF, p. 88).

Andreia Rezende, Ana do Gás e Helena Duailibe formam o segundo grupo. Os cargos dos políticos identificados em suas redes são bem distribuídos. Enquanto Andreia tinha um alto número de vereadores mencionados, Ana do Gás contava com mais prefeitos que as outras duas. Ela ainda possuía um bom número de vereadores e secretários de estado. O fato dela ter sido secretária da mulher até março de 2022 explica em parte os números. Note-se que os prefeitos de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte, reduto eleitoral de sua família, não aparecem em suas publicações. A maior cidade identificada foi Barreirinhas, que conta com pouco mais de 60 mil pessoas. O número de vereadores e lideranças locais mencionados por Andreia Rezende é o maior deste grupo, sendo a grande maioria dos municípios da região de Vitorino Freire, reduto eleitoral da família de seu marido, Stenio Rezende. Interessante notar que, no caso de Andreia, que nem os sobrinhos de seu marido, o deputado federal Juscelino Filho, e a prefeita de Vitorino Freire, Luana Rezende, foram identificados nas redes da parlamentar no período analisado<sup>21</sup>. Por fim, Helena Duailibe. Ela tinha mais de vinte políticos mencionados, mas a maioria era secretário de estado. Por outro lado, ela teve como trunfo a associação com o prefeito e o vice de São José de Ribamar, cidade da região metropolitana de São Luís, que é a terceira cidade mais populosa do estado, com quase 180 mil habitantes.

O último grupo trabalhado é aquele onde as deputadas tiveram poucas publicações filtradas para o estudo. Juntas, todas elas não tinham o número de políticos citados nas suas redes que a última do grupo anterior. Foram apenas dezenove menções/citações. A única que foi observada com publicação com algum prefeito foi Thayza Hortegal, com Luciano Genésio, prefeito de Pinheiro, e Maura Jorge, de Lago da Pedra. Dentre as outras quatro, apenas um pequeno destaque para Betel Gomes, com reuniões com cinco secretários de estado. Apesar dos secretários serem importantes no jogo político, em ano eleitoral eles são adversários dos parlamentares (estaduais e federais), uma vez que muitos deles se lançam na arena eleitoral como candidatos.

---

<sup>21</sup> Os mesmos apareceram em publicações durante o período eleitoral.

## Conclusões

Estudar a atuação parlamentar e as redes políticas offline das deputadas maranhenses em suas redes online não foi tarefa fácil. Exigiu uma série de esforços, sendo o principal a tentativa de validar uma fonte de pesquisa sem cair em armadilhas. E elas foram muitas. Como exemplo, cito o período estudado. Como dito anteriormente, o ideal para um estudo dessa natureza e objeto é um período que atravessasse algumas eleições. Estando em 2022, um espaço de tempo que fosse até 2028 seria o ideal, já que abarcaria duas eleições para deputados e duas para prefeitos. Isso mostraria com mais clareza as diversas alianças e rupturas, ou seja, a reconfiguração do espaço político onde atuam esses agentes, que têm objetivos diferentes a cada pleito. Como exemplo de entrave metodológico, cito o caso de Andreia Rezende, que não tinha tido nenhuma publicação com Juscelino Filho e Luana Rezende, mas na campanha ambos apoiam sua candidatura. É provável que tenha acontecido o mesmo com outros candidatos, daí a necessidade de alargamento do espaço temporal. Porém, isso não invalida o pesquisado. Citando outro caso, Detinha teve diversos candidatos a deputado estadual mencionados em suas publicações, sendo um com muito mais volume que os outros. Fabiana Villar, sobrinha do marido da deputada, foi a principal aposta do casal para conseguir uma vaga na Assembleia Legislativa. A grande quantidade de candidatos deve-se ao fato que os mesmos dariam os votos necessários a ela caso seja necessário para obter o coeficiente eleitoral, ou mesmo eleger mais de um candidato. Em outro exemplo de que a pesquisa através de redes sociais expõe movimentos espontâneos dos agentes e que revelam mais do que talvez os próprios quisessem, cito mais uma vez Andreia Rezende, que expõe seus filhos na plataforma participando do universo político de uma forma quase natural. Se antes o processo de construção de um herdeiro só era possível através de pesquisas anacrônicas (no sentido de buscar fontes antigas ou entrevistas para preencher determinadas lacunas), agora podemos observar em certos casos a construção de um sucessor.

Com relação aos resultados conseguidos com os dados, percebe-se que, para as deputadas maranhenses, é fundamental o capital político de seus maridos para seus sucessos eleitorais. Por mais que o capital político familiar de algumas delas ajudasse no processo, como foi o caso de Thayza Hortegal, o principal trunfo era o apoio dos maridos. Por falar neles, salvo exceções (mais uma vez, Andreia Rezende, mas também Cleide Coutinho), eles pouco aparecem nas publicações das parlamentares. Parece haver uma contradição aqui: ao passo que elas precisam do capital político deles enquanto são candidatas, o mesmo não ocorre quando a condição já é de eleitas.

Por fim, pelos dados levantados, as pautas trabalhadas pelas deputadas não são tão diferentes das de um homem. Levando em conta que o senso comum coloca a ideia de que são as mulheres as mais próximas à família, muito por conta dos filhos, foram observadas poucas publicações nesse sentido, bem com referência a pautas femininas.

Dessa forma, apesar de saber e entender as limitações que o método e a fonte de pesquisa ainda têm, o mesmo pode ser levado a cabo em pesquisas que envolvam as redes sociais online, uma vez que elas podem revelar mais elementos importantes para o pesquisador do que os agentes pesquisados gostariam de ter deixado passar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Adriana; PARENTE, Francisco; PESSOA JÚNIOR, José. 2021. *Eleição municipal de 2020: participação feminina e aporte normativo*. In: **Eleições municipais de 2020: cenários, disputas e resultados políticos**. EDMETA, Fortaleza.

BARREIRA, Irllys. 2006. *Práticas parlamentares, habitus e performances no campo da política: a participação de mulheres no Congresso Nacional*. In: **30º Encontro Anual da ANPOCS**. São Paulo.

BIROLI, Flávia. 2016. *Divisão Sexual do Trabalho e Democracia*. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Vol. 59, nº 3, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª edição. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2007.

CANÊDO, Letícia. 1991. *Estratégias familiares na produção social de uma qualificação política*. In: **Educação e Sociedade**. Nº 39, Ano XII.

COSTA, Dayana. 2011. *Mulheres e elites locais no Maranhão: perfis, trajetórias e campanhas*. In: **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 2, n. 1.

FERREIRA, Mary. 2010. **Os bastidores da tribuna: mulher, política e poder no Maranhão**. Editora EDUFMA, São Luís.

MASSUCHIN, Michele; SILVA, Luana. *Campanha permanente nas redes sociais digitais: um estudo de caso da análise de fanpage do governador Flávio Dino, no Brasil*. **Revista Internacional de relaciones publicas**. V. 9, p 229-248, 2019.

PANKE, Luciana. *A invisibilidade feminina nas candidaturas às prefeituras das capitais brasileiras em 2020*. In: Emanuel Freitas da Silva. (Org.). **Eleições municipais 2020: cenários, disputas e resultados políticos**. 1ed. Fortaleza, Edmeta, v. 1, p. 135-148, 2021.

PEIXOTO Vitor; SILVA Gabriel. *Representação política de mulheres nas eleições municipais de 2016*. In: VEIGA, Luciana; RIBEIRO, Ednaldo, GIMENES, Eder (Orgs). **Comportamento político e opinião pública: estudos sobre Brasil e América Latina**. E-book do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

RABAY, Glória. *Em nome do Pai – Mulheres e herança política*. In: **Anais do encontro “Fazendo gênero”**. Florianópolis, 2010.

RECUERO, Raquel. *Métodos mistos: combinando etnografia e análise de redes sociais em estudos de mídia social*. In: Bruno Campanella; Carla Barros (Org.). **Etnografia e consumo midiático: Novas tendências e desafios metodológicos**. 1ed, Rio de Janeiro. E-Papers, v.1, p. 117-132, 2016.

RECUERO, Raquel. **Introdução à análise de redes sociais**. EDUFBA, Salvador, 2017.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. *Política da presença ou da ausência? As mulheres nas eleições de 2018*. In: **Eleições 2018 e perspectivas para o novo governo**. Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, 2019.

SOUSA, Patrícia. **Verás que uma filha tua não foge à luta: fatores da pouca participação de mulheres no legislativo maranhense - um estudo com deputadas na Legislatura 2019-2022**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Docente de Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais. São Luís, 2021.

WOLF, Eric. *Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas*. In: **Antropologia e poder**. (Orgs.) RIBEIRO, Gustavo Lins; BIANCO, Bela Feldman. Ed. UnB, Brasília, 2003.